



**O**s novos registros de febre aftosa no Mato Grosso do Sul e Paraná, respectivamente, depois de seis anos e dez anos consecutivos sem foco da doença, acarretam dois problemas imediatos: 1) embargo nas exportações; 2) que-

da nos preços, principalmente no território desses Estados. A situação difere da dos dois focos constatados em 2004, nos estados do Pará e Amazonas, ambos localizados em circuitos não livres de febre aftosa.

Os casos de suspeita da doença surgidos no Paraná estão relacionados ao foco detectado no Mato Grosso do Sul. No final de setembro, bovinos procedentes do MS, sem apresentar nenhum sintoma, foram levados para participar das feiras nos municípios de Londrina e Toledo.

As estatísticas apontam Mato Grosso do Sul como o estado de grande tradição na exportação da carne bovina. Em relação ao País, tem 12 % do rebanho e representa 15% das exportações. A região onde ocorreu a febre aftosa merece maior atenção das autoridades sanitárias devido ao trânsito de animais por vários países. Em anos recentes, dois casos tinham acontecido do lado paraguaio.

Os governos federal e estadual adotam as medidas

recomendadas pelas normas internacionais nos casos de suspeita de foco da doença. O governo do Paraná rastreou os produtores que compraram gado e interditou as propriedades e os animais. O Estado, por ter divisa com o MS, já fazia parte dos estados que tiveram as exportações de carne suspensas, total ou parcialmente, por causa do foco de aftosa.

Para a Organização Mundial de Saúde, junto com Mato Grosso do Sul, os Estados integrantes do circuito de áreas livres com vacinação perderam esse status. São os casos de Tocantins, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia e Sergipe.

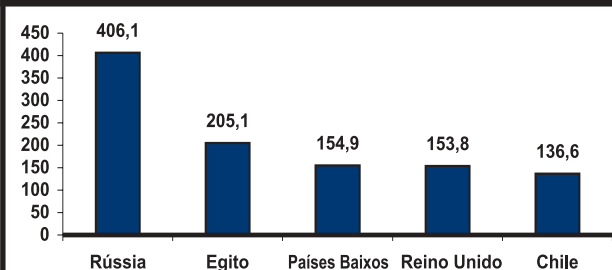
Uma vez confirmada a doença, a primeira medida consiste em interditar a fazenda e outras propriedades com atividades pecuárias em um raio de 25 quilômetros. São também instalados postos de fiscalização e aplicação de medidas, como restrição do ingresso na propriedade. Somente são permitidas a entrada e saída de profissionais da área clínica, que fazem inclusive o extermínio de animais, por meio de abate, incineração e enterro das carcaças.

O impacto é grande no mercado de carnes. Os Estados colocaram barreiras para barrar a movimentação de bois, suínos, frango e derivados de carnes. Rio Grande do Sul e Santa Catarina fecharam seus territórios, assim como São Paulo. Outros estados deverão adotar a mesma posição. A situação somente tende a atenuar depois de uma avaliação mais precisa do grau de disseminação do foco.

Sem saída em curto prazo, o governo e a iniciativa privada da cadeia produtiva da bovinocultura deverão afinar em torno de um trabalho comum, bastante exaustivo, para convencer seus mais de 150 países importadores a retomarem e não embarcarem as compras de produtos.

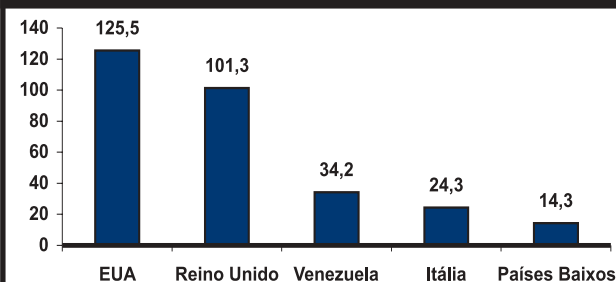
Da mesma forma, a questão de pendência de recursos precisa ser resolvida. O orçamento para a defesa sanitária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento estimava inicialmente uma verba de R\$169 bilhões. Esse valor foi corta-

**BR: exportação de carne bovina in natura (US\$ Bilhões)**



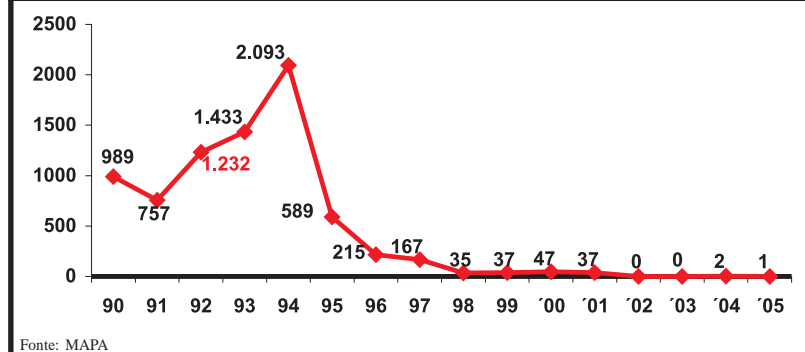
Fonte: SECEX

**BR: exportação de carne bovina industrializada (US\$ Bilhões)**



Fonte: SECEX

## Brasil: foco de febre aftosa



do para R\$ 37 bilhões, para depois ser reajustado em R\$91 bilhões.

No tocante às consequências sobre as exportações, a gravidade aumentará à medida que os países demorem a consentir na retomada de importação. Será uma tarefa de persuasão e de convencimento, um momento de transmitir credibilidade para os clientes.

Com restrições à carne brasileira, fazem parte do rol, países como Estados Unidos, Japão, Coréia do Sul, Canadá, China e Jordânia, que com-

ral de Veterinária do Ministério de Agricultura da Federação Russa, as restrições às importações de carnes serão impostas somente ao Estado de Mato Grosso e Paraná. Mas o acerto sanitário entre Brasil e Rússia prevê suspensão por dois anos no Estado onde ocorrer o foco, e por um ano, nos estados limítrofes.

Já a posição tomada pela União Européia é bem mais radical, pois fechará a sua porta não apenas para Mato Grosso do Sul, mas também para São Paulo e Paraná. Sem mencionar Israel e África do Sul, cujas posições foram bem mais longe e ampliarão as barreiras para todo o País.

No cenário de longo prazo, o grande e maior dano constituirá, mais uma vez, na postergação da abertura do mercado norte-americano para a carne *in natura* nacional. Em passado recente, quando o Brasil estava prestes a conseguir esse mercado, surgiu o foco no Rio Grande do Sul. Agora, quando tudo parecia correr em

marcha normal, aparecem as doenças no Mato Grosso do Sul e Paraná.

É um baque generalizado para toda a cadeia produtiva. A reabertura do mercado poderá levar até dois anos. Isso trará dificuldades não apenas para os criadores, como também nos frigoríficos exportadores, que investiram no aumento da capacidade instalada de abate na região. ■

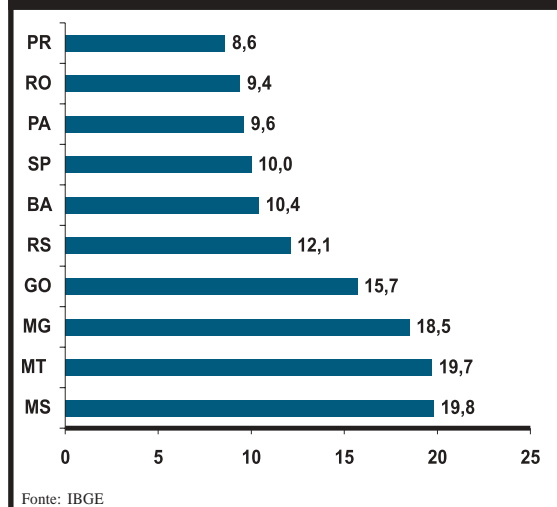
## Nota dos Secretários da Agricultura

Os Secretários de Agricultura dos Estados brasileiros, reunidos em Brasília para avaliar a ocorrência de Febre Aftosa em território brasileiro, vêm a público para adotar os seguintes posicionamentos:

1. Reconhecer como satisfatórias as medidas sanitárias que estão sendo tomadas pelo IAGRO (Instituto de Defesa de Mato Grosso do Sul) e pelo MAPA, no sentido de debelar a doença e minimizar seus efeitos.
2. Reconhecer os esforços que os Governos Estaduais, em parceria com produtores, vêm fazendo para buscar e manter o status sanitário de seus rebanhos.
3. Solicitar à equipe econômica do Governo Federal que viabilize na velocidade necessária os recursos demandados pelo MAPA e destinados à área de Defesa Sanitária Animal e Vegetal.
4. Cobrar a imediata liberação dos recursos orçamentários já previstos, em caráter emergencial, postergando as formalidades documentais para um segundo momento.
5. Solicitar ao Presidente Lula apoio firme e contemporâneo às ações relacionadas com a agropecuária brasileira.
6. Recomendar, ao Governo Brasileiro, ações diplomáticas no sentido de estabelecer acordos de cooperação técnica na área de defesa sanitária animal e vegetal com países limítrofes, especialmente, com Paraguai e Bolívia.
7. Recomendar ao MAPA tratativas imediatas com a OIE no sentido de retomar o status sanitário de: TO, BA, ES, MG, SE e RJ.
8. Não haverá restrições para o trânsito e comercialização para outras unidades federativas de animais não susceptíveis à Febre Aftosa, bem como seus produtos e subprodutos, quando oriundos de fora da área de emergência definida pelo MAPA.
9. Não haverá restrições para o trânsito e comercialização de carne desossada e maturada de bovinos e de carne de suínos para outras unidades federativas quando oriundos de fora da área de emergência definida pelo MAPA.
10. Não haverá restrições ao trânsito e comercialização de produtos lácteos industrializados para outras unidades federativas fora da área de emergência definida pelo MAPA, desde que submetidos a tratamento suficiente para a inativação do vírus da Febre Aftosa, de acordo com as normas da OIE.
11. Não haverá restrições ao trânsito e comercialização de couros e derivados para outras unidades federativas fora da área de emergência definida pelo MAPA, desde que submetidos a tratamento suficiente para a inativação do vírus da Febre Aftosa, de acordo com as normas da OIE.
12. As determinações para o trânsito de animais vivos de espécies susceptíveis à Febre Aftosa serão acordadas bilateralmente entre as diferentes unidades da Federação.

Brasília, 14 de outubro de 2005.

## BR: rebanho bovino (milhões de cabeças)



pram a cada ano US\$7,5 bilhões de carne *in natura*. Esses mercados fechados para o produto nacional correspondem a quase 60% do total internacional. O risco principal é de um endurecimento das posições sanitárias de países que importam até dois terços da carne brasileira, como União Européia, Rússia, Chile e Egito.

De acordo com o Serviço Fede-